



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

TERCEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O MUNICÍPIO DE FORTALEZA E A FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA, PARA OS FINS QUE NELE INDICA. (Processo Administrativo nº 8521701-44.2021.8.06.0000).

AD3/TCT Nº 14/2019

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, estabelecido nesta Capital na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba, CEP 60.822-325, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por sua Presidente, a Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, com a interveniência do **JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FORTALEZA** e da **COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL**, e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo seu Prefeito, JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SDHDS)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.991.232/0001-60, com sede na Rua Padre Pedro de Alencar, nº 2230, Messejana, Fortaleza/CE, CEP 60.873-082, neste ato representada por seu Secretário, JOSÉ HILÁRIO GONÇALVES MARQUES, bem como a **FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ (FUNCI)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.175.381/0001-86, neste ato representada por seu Presidente, IRAGUASSÚ TEIXEIRA FILHO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 19.06.2019, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo fundamenta-se no art. 57, inciso II, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

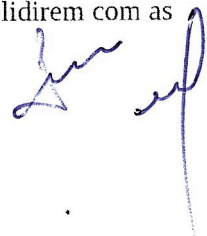
Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente aditivo tem a finalidade de prorrogar por 12 (doze) meses, com início em 19.06.2022 e término em 19.06.2023, o Termo de cooperação que, por meio de atividades de suporte técnico, operacional e administrativo, em regime de cooperação mútua, conferir maior eficácia à integração entre a Administração Municipal e o Poder Judiciário, tal como previsto no art. 70-A e no art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para maior efetividade e para o aprimoramento dos serviços auxiliares que cabem ao Poder Judiciário, na forma do art. 151 do mesmo Estatuto, em especial junto à Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais, nas seções Cadastro de Adotantes e Adotandos e Coordenação das Equipes de Manutenção de Vínculo e Adoção da Comarca de Fortaleza.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

AD3/TCT Nº 14/2019


Marcella Costa de Andrade Carvalho
Coordenadora Jurídica do
Gabinete do Prefeito
OAB/CE nº. 17.047



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 17 de março de 2022.

Assinado de forma digital
por MARIA NAILDE

MARIA NAILDE PINHEIRO PINHEIRO
NOGUEIRA:11943670382 NOGUEIRA:11943670382
Dados: 2022.03.18
11:29:34 -03'00'


**MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA
DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**


**LÍGIA DE ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES
DESEMBARGADORA PRESIDENTE DA CEJAI**


**JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**


**JOSÉ HILÁRIO GONÇALVES MARQUES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**


**IRAGUASSU TEIXEIRA FILHO
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ - FUNCRI
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ**


**Marcella Costa de Andrade Carvalho
Coordenadora Jurídica do
Gabinete do Prefeito
OAB/CE nº. 17.047**